O Ser Esquivo dos Vencidos

Eduardo B. Viveiros de Castro

O processo de envolvimento e sujeição das sociedades indígenas brasileiras pela sociedade nacional, que faz com que aspectos fundamentais da existência e sobrevivência destas sejam determinadas fora de seu âmbito, reproduz-se, por assim dizer, no plano do pensar teórico. Deixando de ser objetos absolutos, capazes de se definirem ou serem definidas como isolados, aonde o recurso à diferença e à relação é apenas procedimento estrutural-ideal (que visa a construção, seja de uma singularidade vivida, seja de uma combinatória formal), tais sociedades exigiriam agora uma definição *em relação* à sociedade envolvente e dominante; relação teórica que se funda na relação concreta, histórica, entre índios e brancos. Tratar-se-ia — em suma — de uma passagem, na teoria e no real, do contraste à contradição, da estrutura à história, da "cultura" à ideologia?

O fato é que a antropologia e o indigenismo brasileiros se vêem há tempos diante da questão: *o que são* as sociedades indígenas? Tal pergunta não se coloca no mesmo sentido que teve para a antropologia clássica, evolucionista, por exemplo, preocupada com semelhanças e diferenças, continuidades e distâncias. A pergunta agora é: *qual o lugar* das sociedades indígenas *dentro da,* ou *face à,* sociedade nacional? Mas será que se pode falar em *sociedades* indígenas? Ou seria melhor recorrermos à noção de *part-society?* A inserção das populações indígenas no sistema econômico capitalista exige que se as defina como *classes?* Ou seriam mais bem *"part-classes"?* Seriam *etnias,* isto é, *minorias étnicas,* com localização singular no espaço político? Ou se as deve considerar como *nações,* colonizadas e exploradas, que lutam pela soberania (no máximo) ou pela auto-determinação (no mínimo)? Populações, povos, sociedades, classe, minoria étnica, nações: há querela sobre aonde se

deve pôr os índios (supondo — isto é questão complicada — que se possa pô-los todos no mesmo lugar). Tal querela não é bizantina, nem apenas teórica; há mais que antropólogos nessa discussão, e suas implicações são imediatamente políticas. Uma definição é uma política, e boa parte dos confrontos entre os diversos atores da cena indigenista deriva de diferentes posições quanto ao que são (ou devem ser) os índios brasileiros.

O livro de Edgar de Assis Carvalho — *A Alternativa dos Vencidos, índios Terena no Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 135 pps.) — coloca-se diretamente no contexto deste debate. O autor leciona na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o livro foi originalmente tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (São Paulo). Não se informa a data de apresentação da tese; o trabalho de campo que sustenta parte do livro foi realizado em janeiro de 1973, e a bibliografia só cita publicações até este mesmo ano. Pode-se supor, assim, pelo menos, cinco anos de distância entre a tese e o livro; isto explicaria a impressão de superação de certas colocações do autor, pois ele se move em área que conheceu abundante bibliografia nos últimos anos. Por outro lado, há várias omissões graves, tanto de citação quanto de discussão, de autores e publicações anteriores a 1973.

Formalmente, um trabalho de "antropologia econômica", o objetivo do livro seria "o estudo das transformações econômicas sofridas pelos Terena no Posto Indígena Araribá, Estado de São Paulo, decorrentes das articulações estabelecidas com a sociedade envolvente" (p. 20). Os capítulos finais, porém, pretendem definir o estatuto sociológico desta população Terena, a partir de conceitos como campesinato, situação colonial, classe, exploração; privilegia-se, nessa discussão, o "modo de produção" Terena como capaz de definir tal estatuto. Há generalizações significativas, da situação de Araribá para as populações indígenas brasileiras.

A Introdução faz uma ligeiríssima referência aos estudos de aculturação, enquanto comprometidos com o colonialismo, e expõe, de modo que nos pareceu deslocado e simplista, as idéias de Terray e Meillassoux sobre a aplicação do materialismo histórico a sociedades não-ocidentais. O autor coloca, então (p. 19), o que seria sua questão central: como se dá a incorporação dos grupos tribais à sociedade nacional capitalista. O "capitalismo" aparece como conceito auto-evidente, cuja função é sustentar a afirmação de que as sociedades indígenas estão submetidas à exploração de classe. O tom geral da Introdução é extremamente superficial e bastante

confuso; não se faz nenhuma referência, aqui e no correr do trabalho, às formas específicas de funcionamento do capitalismo no Brasil.

O capítulo 2 ("Contribuição à história Terena") é uma exposição do material histórico sobre as populações do Chaco, com ênfase nos Guaicuru e Aruaque (Guaná, Terena). É largamente apoiado nos trabalhos de compilação e levantamento de Branislava Susnik (para a história dos grupos chaquenhos) e de Carlos Moreira Neto (para a história mais recente dos Terena). Não há esforço de crítica ou interpretação das extensas citações destes autores. O capítulo 3 ("O Posto e seus habitantes"), baseado, principalmente, nos relatórios de L. B. Horta Barbosa, funcionário do S.P.I., lança mão, também de bibliografia mais ampla, para traçar a história da frente de expansão do Oeste paulista, dos choques com os índios nessa região, da construção da E. F. Noroeste do Brasil, dos deslocamentos e aldeamentos dos grupos indígenas remanescentes, da fundação e funcionamento do P.I. Araribá. A leitura deste capítulo é instrutiva, por mostrar a notável semelhança histórica entre o destino dos grupos indígenas atingidos pela frente de expansão do Oeste paulista e aquele dos grupos da Amazônia que hoje enfrentam a penetração maciça do sistema econômico nacional em suas terras. A associação entre o capital privado e o interesse estratégico do Estado, as campanhas ideológicas contra os índios como entraves à civilização, a redução dos índios a reservas-enclaves dentro do território alcançado e colonizado pelas frentes, a própria concepção da "integração" destas populações indígenas como conversão ao "trabalho produtivo", e a visão dos Postos Indígenas como lugar de encerramento e trabalho, produção/punição, que parece ter sido inspirada por Michel Foucault — tudo isso mereceria maiores reflexões. Cremos, mesmo, que a associação entre material histórico bruto e conceitos como o de "capitalismo", simplisticamente usados, são mais que insuficientes para dar conta do sentido profundo dos processos de contato, confronto e dominação que articulam as sociedades tribais e nacional. Uma análise mais detida do papel do Estado na história da sujeição das minorias tribais poderá, no caso do Brasil, não só iluminar as características próprias do "capitalismo autoritário" característico de sociedades como a brasileira, como indicar que a questão das minorias étnicas, mesmo que estas estejam em situação de classe, está longe de se esgotar no plano das relações de trabalho, sujeição ao mercado e modo de produção em sentido estrito. A dimensão do político, cuja ausência é gritante n'*A Alternativa dos Vencidos* — seja nos capítulos de história, seja

no tratamento do material de campo, seja nas conclusões teóricas — nos parece crucial, tanto para um entendimento adequado do lugar dos grupos indígenas na estrutura social envolvente, quanto para uma avaliação realista das *alternativas* que se abrem para estes grupos em cada conjuntura determinada. O economicismo — que não é a mesma coisa que antropologia econômica — é, essencialmente, "apolítico" e, portanto, cego ou míope para a especificidade do estatuto das sociedades indígenas dentro da sociedade nacional. Tal especificidade não é pura ou absolutamente "cultural" — como crêem aqueles que pretendem se descartar dela para se instalar rápida e confortavelmente no discurso ingênuo da "classe" e do "capitalismo" sem mais —; é uma especificidade política. O que — é preciso dizer? — não exclui semelhanças, alianças e ameaças comuns, entre e aos índios e outros setores da sociedade brasileira.

O capítulo 4 ("Os Terena atuais") é o produto do breve trabalho de campo do autor em Araribá, apoiando-se ainda em declarações do encarregado da Ajudância de Bauru (FUNAI), Álvaro Villas Boas. A descrição da população Terena de Araribá é breve e incompleta; não são apresentados dados sociológicos básicos (composição dos grupos domésticos, relações entre estes, localização e divisão das roças, estrutura e funcionamento de liderança e processos decisórios, etc.), e as relações entre a própria produção Terena — objeto do capítulo — e a atuação do Posto Indígena são vagamente indicadas. Existe — mesmo que em decadência, na visão do encarregado da Ajudância — uma "economia do Posto" que não é a mesma coisa que a economia Terena. O Posto possui cem cabeças de gado, da FUNAI, cujo consumo é, praticamente, proibido aos índios e, certamente, interfere muito mais que transparece no livro sobre as atividades Terena. A impressão que se tem é que o autor tomou como dado tudo aquilo que não viu, e que lhe foi contado pelos funcionários da FUNAI.

Neste capítulo o autor descreve o cultivo comercial do bicho-da-seda, o trabalho na roça, que é dominantemente voltado para a subsistência, e o recurso cada vez mais constante dos Terena à venda de sua força de trabalho para as fazendas vizinhas ao Posto, como diaristas. A venda da força de trabalho resulta, segundo o autor, seja do caráter incipiente ou rudimentar da sericicultura, seja da insuficiência da produção agrícola Terena, função do pequeno tamanho das roças Terena (mas, não sabemos porque as roças Terena são pequenas). E, ainda segundo o autor, embora não de forma suficientemente explícita, a tendência a aumentar a participação como assalariado na economia regional e consequente

desagregação da economia familiar ("remanescente da economia tradicional" — p. 104), parece algo crescente e irreversível, para o Terena. Mas ele sugere, ainda (p. 97), que a criação do bicho-da-seda no Araribá poderia levar ao abandono do trabalho nas fazendas, e à melhoria da situação Terena no confronto com a sociedade envolvente; mas indica, então, dificuldades para que isso possa se concretizar: falta de financiamento, de avalistas, insuficiência técnica, dependência das empresas de fiação. Cremos que aqui seria o caso de se meditar mais seriamente sobre as alternativas dos "vencidos". Um exame, ainda que breve, de outras situações, de outros grupos indígenas igualmente submetidos a regime de escassez territorial, controle político e sujeição econômica, permitiria um visão comparativa — mesmo que por contraste — mais capaz de *pensar alternativas*. E cremos, também, que seria o caso de se discutir alternativas *de ação* — ou o trabalho do antropólogo se limita a indicar a *falta* de alternativas? Por outro lado, os aspectos propriamente ideológicos do processo de reprodução social Terena não são sequer mencionados. O que significa ser índio, ser Terena, na situação de Araribá? É uma alternativa? A relação entre o trabalhar como assalariado em fazendas e possuir um direito, assegurado na medida em que se mantenha uma identidade indígena, à terra, configura uma situação *econômica* mais complexa que a definida, simplesmente, pelo binômio produção para consumo/produção para mercado.

Muito do que consideramos faltar neste capítulo deriva do brevíssimo tempo de trabalho de campo; muito, porém, parece resultar da própria perspectiva teórica do autor, que empobrece duplamente a realidade sociológica: por isolar formalisticamente o "econômico" Terena e por tratá-lo de forma simplificadora e puramente ilustrativa de conceitos abstratos, que não são criticados e refinados no contato com a realidade. Por fim, e isso pode ser melhor percebido no capítulo final e na Conclusão, o autor parece estar entre aqueles que — mesmo com as ressalvas formais, concessões ao campo intelectual — acreditam que o destino das populações tribais brasileiras é a "proletarização"; só assim elas se tornarão propriamente "classe", e elas são essencialmente "classe". A dimensão étnica é residual e redutível, seja a uma relíquia bárbara, seja a um fantasma jurídico materializado na tutela do Estado.

É no capítulo 5 ("Participação e Integração") que o autor irá, diretamene, discutir o estatuto sociológico dos Terena de Araribá. É aqui, também, que o livro mais se ressente de atualidade e de referência aos trabalhos de antropólogos brasileiros sobre campe-

sinato, contato inter-étnico, natureza do capitalismo no Brasil e etnicidade. O tema central do capítulo é indagar da propriedade de definir as comunidades indígenas brasileiras como campesinato. Discute-se o conceito de camponês, a partir de Wolf, Oberg, Dalton (parte ínfima da bibliografia sobre a questão e exclusão quase absoluta de antropólogos brasileiros — o que poderia, em parte, ser explicado pela data provável da tese original), e chega-se à conclusão que tal conceito é inadequado — mas, para que grupos indígenas do Brasil? — ; melhor seria lançar mão do conceito de situação colonial (Balandier) e pensar os índios como quase — colônia (pela relação que mantêm com o Estado — p. 117 —, que não lhes dá a propriedade da terra, mas a posse; esta á uma definição singularmente estreita de campesinato, cuja relação com o Estado é essencial para o conceito). Mas a colônia interna é apenas um momento histórico da relação entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente/metrópole; no período neocolonial (que nos é apresentado sem maiores explicações), o "nacional dissolve e ultrapassa o tribal, e toda a estrutura se submete a uma estrutura típica, a do modo de produção capitalista", e isto transforma as relações inter-étnicas (típicas da situação colonial?) em relações de classe. Esta é a conclusão do livro: que as comunidades indígenas inserem-se no sistema global mediante relações de exploração (p. 124); que esta exploração é a mesma sofrida por outros setores submetidos, só que aumentada por uma "legislação tutelar discriminatória"; e que a incorporação ao mercado transforma as relações interétnicas em relações de classe, e que a unidade étnica será dissolvida com a generalização das trocas mercantis e do trabalho assalariado.

A nós nos parece, em primeiro lugar, que a categoria "exploração", tal como usada pelo autor d'*A Alternativa dos Vencidos,* é de precário valor teórico; em segundo lugar, que a relação entre "etnia" e "classe" não é diacrônica, nem antagônica — que a relação entre estes dois conceitos, aliás, depende ainda de maior desenvolvimento de ambos, em contexto. Por fim, ficamos em dúvida se a previsão de transformação dos Terena (e demais índios brasileiros) em assalariados sem identidade étnica é uma conclusão científica, um agouro ou um *wishful thinking*. Em qualquer caso, uma análise mais rigorosa (e isto tem sido demonstrado para o campesinato, igualmente) e os fatos recentes, de ressurgimento étnico e organização política dos grupos indígenas, demonstram que ela está errada. O ser dos vencidos ainda está por definir; talvez porque eles ainda não estejam vencidos.